

**MEDIDAS PROVISÓRIAS ANALISADAS PELO CONGRESSO EM 2015**  
*(algumas perderam a eficácia sem serem votadas)*

|                                           |                                                                                                                                                                                                                                |                                                                                                               |
|-------------------------------------------|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <a href="#"><b><u>MP 655/2014</u></b></a> | Editada e aprovada na Câmara em 2014, mas analisada pelo Senado em 2015. Liberou créditos extraordinários de R\$ 5,4 bilhões para o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies).                             | Perdeu a eficácia, em decorrência do término do prazo para sua votação no Congresso.                          |
| <a href="#"><b><u>MP 658/2014</u></b></a> | Alterou o regime jurídico das parcerias voluntárias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, em regime de mútua cooperação, envolvendo ou não transferência de recursos.                            | Promulgada como <a href="#">Lei 13.102/2015</a> .                                                             |
| <a href="#"><b><u>MP 660/2014</u></b></a> | Reintegrou os servidores dos ex-territórios do Amapá, Roraima e Rondônia aos quadros da União.                                                                                                                                 | Aprovada na forma de projeto de lei de conversão, com veto parcial, gerou a <a href="#">Lei 13.121/2015</a> . |
| <a href="#"><b><u>MP 661/2014</u></b></a> | Autorizou a União a conceder crédito ao BNDES e a destinar superavit à cobertura de despesas obrigatórias.                                                                                                                     | Aprovada na forma de projeto de lei de conversão, com veto parcial, gerou a <a href="#">Lei 13.126/2015</a> . |
| <a href="#"><b><u>MP 662/2014</u></b></a> | Abriu crédito extraordinário, em favor da estatal Telebrás, no valor de cerca de R\$ 405 milhões.                                                                                                                              | Perdeu a eficácia, em decorrência do término do prazo para sua votação no Congresso.                          |
| <a href="#"><b><u>MP 663/2014</u></b></a> | Autorizou a União a conceder subvenção nas operações de financiamento contratadas até 31 de dezembro de 2015.                                                                                                                  | Aprovada na forma de projeto de lei de conversão, com veto parcial, gerou a <a href="#">Lei 13.132/2015</a> . |
| <a href="#"><b><u>MP 664/2014</u></b></a> | Alterou as regras para a concessão de pensão por morte e reduziu os benefícios em alguns casos. Foi editada porque o Orçamento de 2015 ainda não havia sido aprovado.                                                          | Aprovada na forma de projeto de lei de conversão, com veto parcial, gerou a <a href="#">Lei 13.135/2015</a> . |
| <a href="#"><b><u>MP 665/2014</u></b></a> | Aumentou o rigor para a concessão do abono salarial, do seguro-desemprego e do seguro-defeso dos pescadores artesanais.                                                                                                        | Aprovada na forma de projeto de lei de conversão, com veto parcial, gerou a <a href="#">Lei 13.134/2015</a> . |
| <a href="#"><b><u>MP 666/2014</u></b></a> | Liberou cerca de R\$ 20,14 bilhões do Orçamento a diversos órgãos federais, incluindo empresas estatais, para gastos com investimentos e custeio. Também foi editada porque o Orçamento de 2015 ainda não havia sido aprovado. | Perdeu eficácia, em decorrência do término do prazo para sua votação no Congresso.                            |
| <a href="#"><b><u>MP 667/2015</u></b></a> | Abriu crédito extraordinário de R\$ 74 bilhões para órgãos da administração federal direta, como ministérios, e dos Poderes Judiciário e Legislativo. Também para empresas estatais (a Petrobras                               | Perdeu eficácia, em decorrência do término do prazo para sua votação no Congresso.                            |

recebeu R\$ 29 bilhões) e investimentos no Programa de Financiamento às Exportações (Proex) e no Fundo Social. Foi outra MP editada porque o Orçamento de 2015 ainda não havia sido aprovado.

**MP 668/2015** Elevou alíquotas da contribuição para o PIS-PASEP — Importação e da Cofins — Importação.

Aprovada na forma de projeto de lei de conversão, com veto parcial, gerou a [Lei 13.137/2015](#).

**MP 669/2015** Ajustou alíquotas das contribuições previdenciárias de empresas sobre o valor da receita bruta, tratou de equipamentos para indústrias de bebidas frias e dispôs sobre desonerações tributárias concedidas para viabilizar a organização dos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016 no Brasil.

Foi devolvida à Presidência da República, para ser reapresentada como projeto de lei.

**MP 670/2015** Alterou a tabela do Imposto de Renda da Pessoa Física (IRPF).

Aprovada na forma de projeto de lei de conversão, com veto parcial, gerou a [Lei 13.149/2015](#).

**MP 671/2015** Instituiu o Programa de Modernização da Gestão e de Responsabilidade Fiscal do Futebol Brasileiro (Profut).

Aprovada na forma de projeto de lei de conversão, com veto parcial, gerou a [Lei 13.155/2015](#).

**MP 672/2015** Dispôs sobre a política de valorização do salário mínimo para o período de 2016 a 2019.

Aprovada na forma de projeto de lei de conversão, com veto parcial, gerou a [Lei 13.152/2015](#).

**MP 673/2015** Sujeitou a registro em cadastro específico, mas com dispensa de licenciamento, os tratores e demais aparelhos destinados a arrastar maquinaria agrícola ou a executar trabalhos agrícolas que não transitam em via pública.

Aprovada na forma de projeto de lei de conversão, com veto parcial, gerou a [Lei 13.154/2015](#).

**MP 674/2015** Abriu crédito extraordinário em favor dos Ministérios do Desenvolvimento Agrário (para o benefício Garantia-Safra), da Defesa (para a Operação São Francisco, no Rio de Janeiro) e da Integração Nacional (para vítimas de desastres naturais), no valor de R\$ 904,7 milhões.

Aprovada na forma de projeto de lei de conversão, com veto parcial, gerou a [Lei 13.164/2015](#).

**MP 675/2015** Elevou de 15% para 20% a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) para pessoas jurídicas de seguros privados, de capitalização, bancos, corretoras de câmbio e de valores mobiliários, cooperativas de crédito, entre outras.

Aprovada na forma de projeto de lei de conversão, com veto parcial, gerou a [Lei 13.169/2015](#).

|                           |                                                                                                                                                                                                                                                                   |                                                                                                               |
|---------------------------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b><u>MP 676/2015</u></b> | Criou proposta alternativa ao fator previdenciário para cálculo da aposentadoria, com fórmula que varia progressivamente de acordo com as expectativas de vida da população.                                                                                      | Aprovada na forma de projeto de lei de conversão, com veto parcial, gerou a <a href="#">Lei 13.183/2015</a> . |
| <b><u>MP 677/2015</u></b> | Autorizou a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco a participar do Fundo de Energia do Nordeste, com o objetivo de prover recursos para a implementação de empreendimentos de energia elétrica.                                                                | Aprovada na forma de projeto de lei de conversão, com veto parcial, gerou a <a href="#">Lei 13.182/2015</a> . |
| <b><u>MP 678/2015</u></b> | Determinou a aplicação do Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC) às licitações e contratos no âmbito da segurança pública.                                                                                                                            | Aprovada na forma de projeto de lei de conversão, com veto parcial, gerou a <a href="#">Lei 13.190/2015</a> . |
| <b><u>MP 679/2015</u></b> | Autorizou os agentes de distribuição, nas áreas de concessão onde serão realizados os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, a executar os procedimentos necessários para garantir o fornecimento temporário de energia elétrica.                               | Aprovada na forma de projeto de lei de conversão, com veto parcial, gerou a <a href="#">Lei 13.173/2015</a> . |
| <b><u>MP 680/2015</u></b> | Instituiu o Programa de Proteção ao Emprego.                                                                                                                                                                                                                      | Aprovada na forma de projeto de lei de conversão, gerou a <a href="#">Lei 13.189/2015</a> .                   |
| <b><u>MP 681/2015</u></b> | Ampliou de 30% para 35% o limite de desconto em folha para pagamentos de empréstimos, financiamentos, cartão de crédito e operações de arrendamento mercantil.                                                                                                    | Aprovada na forma de projeto de lei de conversão, gerou a <a href="#">Lei 13.172/2015</a> .                   |
| <b><u>MP 682/2015</u></b> | Estabeleceu mudança na gestão do Fundo de Estabilidade do Seguro Rural (FESR) até a completa liquidação das obrigações do fundo.                                                                                                                                  | Aprovada na forma de projeto de lei de conversão, com veto parcial, gerou a <a href="#">Lei 13.195/2015</a> . |
| <b><u>MP 683/2015</u></b> | Instituiu o Fundo de Desenvolvimento Regional e Infraestrutura e o Fundo de Auxílio à Convergência das Alíquotas do ICMS, com a finalidade de facilitar o comércio interestadual e estimular o investimento produtivo e o desenvolvimento regional.               | Perdeu eficácia, em decorrência do término do prazo para sua votação no Congresso.                            |
| <b><u>MP 684/2015</u></b> | Alterou o prazo para vigência da lei sobre parcerias entre a administração pública e as organizações da sociedade civil, definiu diretrizes para a política de fomento e de colaboração com essas organizações e instituiu os termos de colaboração e de fomento. | Aprovada na forma de projeto de lei de conversão, com veto parcial, gerou a <a href="#">Lei 13.204/2015</a> . |
| <b><u>MP 685/2015</u></b> | Instituiu o Programa de Redução de Litígios Tributários (Prorelit).                                                                                                                                                                                               | Aprovada na forma de projeto de lei de conversão, com veto parcial, gerou a                                   |

|                           |                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |                                                                                                                                  |
|---------------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| <b><u>MP 686/2015</u></b> | Abriu crédito extraordinário, em favor do Ministério da Educação, de Encargos Financeiros da União e de Operações Oficiais de Crédito, no valor de R\$ 9,82 bilhões.                                                                                                                              | <a href="#">Lei 13.202/2015</a> .<br>Aprovada na forma de projeto de lei de conversão, gerou a <a href="#">Lei 13.181/2015</a> . |
| <b><u>MP 687/2015</u></b> | Dispôs sobre contribuições e taxas para a Ancine, o Ibama e o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade).                                                                                                                                                                                 | Aprovada na forma de projeto de lei de conversão, com veto parcial, gerou a <a href="#">Lei 13.196/2015</a> .                    |
| <b><u>MP 688/2015</u></b> | Dispôs sobre a repactuação do risco hidrológico de geração de energia elétrica, instituiu a bonificação pela outorga e previu a realização de leilões para novas hidrelétricas com cobrança de bônus de outorga para a licitação de empreendimentos cujos contratos não foram prorrogados.        | Aprovada na forma de projeto de lei de conversão, com veto parcial, gerou a <a href="#">Lei 13.203/2015</a> .                    |
| <b><u>MP 690/2015</u></b> | Alterou impostos sobre as bebidas alcoólicas quentes, sobre receitas decorrentes da cessão de direitos patrimoniais e sobre diversos produtos de informática.                                                                                                                                     | Aprovada na forma de projeto de lei de conversão (PLV 26/2015) e remetida à sanção.                                              |
| <b><u>MP 691/2015</u></b> | Regulamentou a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos.                                                                                                                                                                 | Aprovada na forma de projeto de lei de conversão (PLV 24/2015) e remetida à sanção.                                              |
| <b><u>MP 697/2015</u></b> | Abriu crédito extraordinário para os Ministérios da Justiça (para a Política Nacional de Justiça), das Relações Exteriores, dos Transportes (para recuperação da infraestrutura de terminais hidroviários), e da Integração Nacional (para ações de defesa civil), no valor de R\$ 950,2 milhões. | Aprovada na íntegra e promulgada como <a href="#">Lei 13.198/2015</a> .                                                          |

- *Também chegaram ao Congresso em 2015 e estão em tramitação as MPs 689, 692, 693, 694, 695, 696, 698, 699, 700, 701, 702 e 703/2015, mas ainda estão no prazo e não foram votadas.*